

Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 15

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ajuste estrutural ressurgue das cinzas - LU AIKO OTTA.....3

O ESTADO DE S. PAULO - COLUNA DO ESTADÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Ministros do STF apostam em extradição de Carla Zambelli após deputada deixar o País -
COLUNA DO ESTADÃO5

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
SEGURIDADE SOCIAL

Mais de 5 mil brasileiros terão 20 dias para deixar Portugal ou ser detidos.....7

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

CNU 2025 tem mais de 3 mil vagas autorizadas, sendo 300 no INSS.....8

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Após fila até a calçada, consulta a descontos do INSS vira principal atendimento nos Correios
em BH9

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Como se planejar para ter uma restituição maior no Imposto de Renda de 2026.....11

O GLOBO ONLINE - RJ - BLOGS
SEGURIDADE SOCIAL

Nova pesquisa Quaest revela brasileiros veem governo Lula como responsável por desvios no
INSS14

PORTAL UOL
SEGURIDADE SOCIAL

Como se planejar para ter uma restituição maior no Imposto de Renda de 2026 (Imposto de
Renda)15

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL
SERVIDOR PÚBLICO

O fiasco das eleições na Venezuela - ANDRÉS OPPENHEIMER.....18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Lula sanciona lei que reestrutura carreiras.....19

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Brasil cresce menos do que poderia, aponta economista.....21

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lei impede prorrogação de incentivos fiscais federais em caso de piora nas contas públicas
.....22

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

A próxima tempestade - FÁBIO ALVES 24

O GLOBO - RJ - SAÚDE
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

TEMOS UM MUNDO COM POPULAÇÃO GRANDE E RECURSOS LIMITADOS' 25

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

E essencial rever efeito do mínimo na Previdência (Editorial) 27

CORREIO POPULAR - CAMPINAS - SP - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

PIB - XEQUE-MATE DA ECONOMIA 28

O ESTADO DE S. PAULO - SUMMIT MOBILIDADE 2025
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Indústria não precisa de incentivos, mas de redução da carga tributária 30

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

FMI eleva previsão de PIB e alerta para fiscal 31

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Juros normais em um mundo anormal (Artigo) 33

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Ativos locais avançam com expectativa de ajuste fiscal 35

Ajuste estrutural ressurgiu das cinzas - LU AIKO OTTA

LU AIKO OTTA

Eis que a equipe econômica conseguiu empatar uma partida que parecia perdida.

Das cinzas onde estavam mergulhadas desde o fim do ano passado, ressurgiram as discussões para promover ajustes estruturais nas contas públicas. O estopim foi o desejo do Congresso de derrubar o decreto que elevou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Se for concretizado, será preciso encontrar formas de repor os R\$ 20,5 bilhões que seriam arrecadados com a nova taxa neste ano e contornar a perda de R\$ 41 bilhões prevista para 2026.

Assim, estão sobre a mesa medidas de caráter mais imediato para 2025 e outras, de caráter mais estrutural, para 2026. As opções foram discutidas ontem em almoço oferecido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). Não foram detalhadas ao público, o que significa que especulações correrão soltas até o anúncio oficial, que pode ocorrer no domingo, após serem ouvidos os líderes partidários.

Nos bastidores, há receio que o sinal emitido pelo encontro, que mostrou união de dois Poderes em torno das contas públicas, crie expectativas que depois acabem frustradas. Foi o que aconteceu em novembro passado: as propostas de ajuste estrutural elaboradas pelos técnicos foram limadas pela área política do Planalto e depois desidratadas no Congresso Nacional.

Ontem, o simples fato de Lula não descartar ideias como rever a vinculação de benefícios sociais ao salário mínimo e os pisos de gastos em saúde e educação foi motivo para a cotação do dólar cair e a bolsa subir.

"Não discuti o acordo que eles estão fazendo, eu não posso dar palpite sim ou não", disse o presidente em entrevista coletiva concedida no fim da manhã, antes do encontro com os presidentes do Legislativo. Acrescentou que não seria "estragador de reunião" e que iria primeiro analisar cada proposta. "Então, com muita cautela, eu vou almoçar", disse, explicando que primeiro ouviria as sugestões. "Depois, eu vou falar e

eles vão comer."

Pelo que descreveu o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o pacote em análise conterá uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e um projeto de lei amplo. A depender do andamento das discussões, poderá haver também uma medida provisória (MP).

Uma novidade em comparação com o pacote de novembro passado são os gastos tributários. A conta das renúncias fiscais está no alvo de Motta desde março, quando foi anunciado o projeto que eleva o limite de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) a R\$ 5 mil. Ele prefere cortar parte desses benefícios a cobrar imposto das pessoas de alta renda. Essa mesma solução pode ser alternativa à elevação do IOF, na visão do deputado.

Relator na Câmara do projeto de lei do arcabouço fiscal, o deputado Cláudio Cajado (PP-BA) participou da reunião com líderes na semana passada, em que foi dado um prazo de dez dias para Haddad apresentar alternativas à alta do IOF. À coluna Cajado contou que citou no encontro o dado trazido em reportagem do Valor, de que a conta de incentivos fiscais é da ordem de R\$ 800 bilhões, e não os cerca de R\$ 600 bilhões originalmente estimados pela **Receita Federal**.

É de Cajado a ideia de cortar 2,5% dos gastos tributários, de forma linear, com algumas exceções, para equilibrar o limite de isenção de R\$ 5 mil sem cobrar mais das pessoas de alta renda. Naquela reunião de líderes, foi acertada a criação de um grupo de trabalho que analisará os gastos tributários.

"Vamos verificar a utilidade dessas desonerações. Estão sendo úteis ao país? Estão mantendo a empresa competitiva?" O que não é aceitável, na visão do deputado, é a manutenção de benefícios fiscais cujo valor nem a Receita conhece. Os que geram resultados, disse, devem ser mantidos. Do contrário, devem ser eliminados.

Esse tema, reconheceu, não foi enfrentado até agora porque há lobbies fortes no Congresso.

Ontem, Lula indicou seu apoio a esse debate. Disse que há uma "deficiência cultural" no Brasil. "Todo o benefício que você dá para o setor produtivo, para os empresários, para que uma empresa possa se instalar

num Estado, para que a gente possa evitar uma crise econômica -e eu já fiz muito -, você dá por um ano, por dois anos. Quando você quer tirar, é muito difícil." Ele também citou a cifra dos R\$ 800 bilhões.

Não custa lembrar que, do pacote do ano passado, ainda aguardam votação no Congresso o projeto que limita os supersalários e o que trata da previdência dos militares.

Além disso, deputados e senadores barraram a tentativa do governo de apertar os critérios de concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), uma conta que cresce ao ritmo de 11,6% reais este ano. Também foi derrotada uma tentativa de firmar em lei uma autorização para a equipe econômica mirar no centro da meta fiscal para definir contingenciamentos de despesas, o que resultaria numa execução orçamentária mais apertada.

A situação das contas públicas é tão grave que não foi possível empurrar o ajuste para 2027, como parecia ser o desejo na Praça dos Três Poderes. Medidas impopulares estão sobre a mesa agora, para que não entrem em cena no ano eleitoral.

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras. E-mail: lu.aiko@valor.com.br

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188222?page=18§ion=1>

Ministros do STF apostam em extradição de Carla Zambelli após deputada deixar o País - COLUNA DO ESTADÃO

ROSEANN KENNEDY COM EDUARDO GAYER E AUGU

Ministros do STF ouvidos pela Coluna apostam na extradição da deputada Carla Zambelli (PL-SP) após ela deixar o País ontem, dias depois de ser condenada a 10 anos de cadeia por invasão ao sistema do CNJ. A Procuradoria-Geral da República (PGR) já solicitou à Corte a prisão preventiva da parlamentar por tentativa de fuga para não cumprir a pena. Se o pedido for aceito, o nome da bolsonarista pode ser incluído na lista de procurados da Interpol. Nesse caso, é possível pedir, por vias diplomáticas, para ela ser extraditada. Aliados de Zambelli dizem que ela não pisa mais em território nacional. O Brasil, contudo, tem tratados de extradição com uma série de países europeus, incluindo a Itália. A deputada afirma que tem passaporte italiano e vai se instalar na Europa.

CUSTEIO. Mesmo fora do País, Zambelli continua pedindo Pix a apoiadores. Além de solicitar dinheiro em postagens nas redes sociais, a deputada também colocou os dados bancários na descrição de seus perfis. "Não me abandone, ajude com o que puder.

Meu CPF está aqui embaixo", disse, em vídeo recente. Ontem ela afirmou que vai pedir licença não remunerada da Câmara.

I PRESENÇA... Entre 2019 e 2025, Zambelli gastou R\$ 152 mil da cota parlamentar para bancar viagens ao Ceará, onde vive o marido, Coronel Aginaldo, que foi comandante da Força Nacional no governo Bolsonaro. Procurados, os dois não responderam.

I ...ASSÍDUA. A maior despesa anual de Zambelli com as viagens para o Ceará, usando a cota parlamentar, foi em 2024, quando o valor chegou a R\$ 41,3 mil.

Naquele ano, Aginaldo foi candidato à prefeitura de Caucaia (CE) e ficou em último lugar.

I DE SAÍDA. Os Correios planejam economizar R\$ 1 bilhão por ano com o Plano de Desligamento Voluntário (PDV). A medida é uma tentativa de reduzir o número de funcionários e enfrentar o crescente prejuízo bilionário nas contas da estatal. O PDV fica aberto até 28 de julho e ainda pode ser prorrogado

novamente.

I PLANILHA. Até o momento, a empresa prevê ter garantido, para o segundo semestre, uma economia de R\$ 780 milhões anuais, com o provável desligamento de 3,7 mil empregados. O prejuízo no primeiro trimestre deste ano foi de R\$ 1,7 bilhão, pior marca desde 2017. Em 2024, o rombo foi de R\$ 2,6 bilhões.

I GUICHÊ. O governo federal vai concentrar nas agências dos Correios o recebimento de reclamações de aposentados do **INSS** vítimas de descontos indevidos. O uso de agências bancárias da Caixa chegou a ser cogitado para o mutirão, mas foi descartado.

I SEGUE... A área técnica do Tribunal de Contas de Pernambuco apontou sobrepreço de R\$ 12,5 milhões em um contrato entre a prefeitura do Recife e a empresa Enove. A Corte de Contas, contudo, rejeitou o parecer que pedia a suspensão da compra de energia solar sem licitação.

I ...O JOGO. O dono da Enove é filho do presidente da Assembleia Legislativa pernambucana, Álvaro Porto, aliado do prefeito do Recife, João Campos. Procurada, a prefeitura afirmou que a decisão da Corte de Contas confirma "a lisura e a transparência" das contratações da gestão.

VODCAST 'DOIS PONTOS' | Hoje sobre a ação penal do golpe no STF Leonardo Sica Presidente da OAB-SP "As penas impostas aos julgados pelo 8 de Janeiro são exageradas.

Estão muito fora de um padrão que a Justiça brasileira aplica.

Precisa haver um ajuste."

Oscar Vilhena Professor de Direito da FGV "Historicamente, no Brasil, as Forças Armadas são uma ameaça.

Então, incitá-las já é, em si, uma tentativa de golpe. Não é preciso que elas se engajem."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mais de 5 mil brasileiros terão 20 dias para deixar Portugal ou ser detidos

GIOVANNA CASTRO FABIO GRELLET

Quase 5,4 mil brasileiros terão de deixar Portugal nos próximos dias ou serão expulsos. O anúncio foi feito pelo governo anteontem e diz respeito ao grupo de estrangeiros que apresentou manifestação de interesse de permanecer no país até junho de 2024 e teve o pedido negado.

O número de brasileiros a serem convidados a se retirar de Portugal deve ficar ainda maior nos próximos meses, já que o governo ainda analisa os pedidos de permanência feitos antes de o método ser extinto.

Até o ano passado, uma das formas que os estrangeiros tinham de morar no país era pela manifestação de interesse.

Ou seja, a pessoa que entrasse legalmente, tivesse emprego e estivesse inscrita e com situação regularizada perante a **Previdência Social** poderia pedir autorização do governo para morar em definitivo em Portugal.

O método, no entanto, foi extinto em junho de 2024, quando havia 440 mil pedidos desse tipo pendentes. A análise desses pedidos ficou a cargo, então, da Agência para a Integração, Migrações e Asilo (Aima).

Depois disso, segundo o balanço divulgado na segunda-feira, a agência analisou 184.059 pedidos de moradia, dos quais 150.076 foram aceitos e 33.983, negados. São essas pessoas, que fizeram a manifestação de interesse até o ano passado e tiveram seus pedidos negados, que passarão a ser notificadas para deixar voluntariamente o país.

Se não partirem dentro do prazo estipulado, serão posteriormente expulsos pelo governo português. A Agência para a Integração, Migrações e Asilo (Aima) deverá primeiramente notificar todas as pessoas que não tiveram o seu pedido de permanência aceito. O prazo para imigrantes sem autorização de permanência deixarem Portugal após notificação do governo é de 20 dias. Após esse período, caso não abandonem o país, a legislação local permite a detenção.

ABRANGÊNCIA. De acordo com o governo português, 5.386 brasileiros tiveram os pedidos de permanência

negados e serão notificados para deixar o país.

Isso corresponde a 15,8% do total de estrangeiros da lista. O maior grupo recusado é o de indianos (13.466, o que corresponde a 39,6% do total).

A lista tem ainda colombianos (236), venezuelanos (234) e argentinos (180).

COMO FUNCIONA AGORA?

Desde junho de 2024, quando foi extinto o método de permanência em Portugal via manifestação de interesse, para morar no país por mais de 90 dias é necessário adquirir um visto apropriado para o perfil e objetivo da pessoa antes da viagem.

Os vistos podem ser para trabalho, estudo, aposentadoria, atividade remota, empreendedorismo, entre outros.

Eles podem ser reemitidos após o fim do período de validade, ou a pessoa pode então entrar com pedido de cidadania portuguesa.

Normalmente, para adquirir a cidadania portuguesa, é necessário residir ao menos cinco anos no país, ter casado com um português ou comprovar descendência familiar.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

CNU 2025 tem mais de 3 mil vagas autorizadas, sendo 300 no INSS

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) publicou ontem as autorizações para o preenchimento de 2.021 vagas da segunda edição do Concurso Nacional Unifica-

do (CNU). O certame prevê 3.652 vagas distribuídas entre 36 órgãos da administração pública, sendo 300 delas para o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

A previsão é que a banca seja divulgada até o fim deste mês. O edital será publicado em julho, quando também serão abertas as inscrições.

Na segunda edição do CNU, haverá 2.844 para cargos de nível superior e 508 para nível intermediário. Desse total, 2.480 vagas serão de provimento imediato e 1.172 destinadas à formação de cadastro reserva. As oportunidades estarão distribuídas em 36 órgãos federais.

Os cargos serão organizados em nove blocos temáticos, permitindo que o candidato se inscreva para mais de um cargo dentro do mesmo bloco e defina sua ordem de preferência. As provas serão aplicadas em 228 municípios de todas as regiões do país.

-O concurso para nível superior do **INSS** deve ter como base Direito Previdenciário, além de Direito Administrativo, Constitucional, Ética no Serviço Público, Informática, Raciocínio Lógico e atualidades - diz Letícia Bastos, professora do Gran Concursos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Após fila até a calçada, consulta a descontos do INSS vira principal atendimento nos Correios em BH

Artur Búrigo

Um dia após registrar filas de idosos que chegavam à calçada, a agência dos Correios na avenida Afonso Pena, região central de Belo Horizonte (MG), tinha menos movimento nesta terça-feira (3), mas a maioria dos guichês ainda estava voltada a atender aposentados para consultar se tiveram descontos indevidos em seu benefício em razão das fraudes no **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social).

A chegada de um novo serviço prestado pelos Correios acontece em meio a um prejuízo de R\$ 1,7 bilhão registrado no primeiro trimestre de 2025. O número representa o dobro do constatado no ano anterior e foi justificado pela queda de receitas e aumentos nas despesas.

A estatal, que registrou prejuízo de R\$ 2,59 bilhões no ano passado, tem um plano para reduzir despesas em R\$ 1,5 bilhão em 2025, que inclui PDV (Programa de Desligamento Voluntário), incentivo à redução da jornada com diminuição de pagamento e suspensão temporária de férias.

Em outra unidade dos Correios visitada pela reportagem na região central da capital mineira na tarde desta terça, na Afonso Pena, uma das principais da cidade, a espera pelo atendimento era de cerca de meia hora.

Foi o tempo que levou para a aposentada Suzane Felix constatar que não houve descontos irregulares em seus rendimentos. Ela afirmou que a filha tentou fazer a consulta online, mas não conseguiu.

"Contribuí [para o **INSS**] por 30 anos e agora vim descobrir se descontaram da minha conta" disse a aposentada.

Resultado diferente teve a consulta de José de Fátima Fernandes, 70, aposentado desde 2019. Ele afirmou que foi encontrado um desconto irregular de R\$ 143 em seu vencimento, mas não soube dizer desde quando.

Fernandes foi orientado a ligar para a central de

atendimento da Previdência após 15 dias para saber o valor que seria reembolsado em sua conta.

"Eu suspeitava que tinha um desconto na minha aposentadoria, mas não sabia do que era", disse o aposentado.

A consulta presencial sobre descontos indevidos em aposentados e pensionista da Previdência pode ser feita em mais de 5.000 agências dos Correios pelo país, mas não nas unidades do **INSS**.

Além da ida presencial às agências, os aposentados ou pensionistas ainda podem verificar se tiveram descontos irregulares por meio do site ou aplicativo **Meu INSS**.

De acordo com os Correios, o aumento de gastos com pessoal, que subiram 8,6% nos primeiros três meses deste ano, para R\$ 2,7 bilhões, se deve ao reajuste salarial e outros benefícios aos empregados, estabelecidos em acordo coletivo para 2025.

O site exibirá uma lista de agências dos Correios próximas à localização atual ou à indicada pelo usuário. É possível visualizar o endereço, horário e canais de atendimento de cada unidade.

Qualquer aposentado ou pensionista que tiver dúvidas sobre descontos indevidos em seu benefício pode optar pelo atendimento presencial. Porém, o **INSS** diz que ele é direcionado para pessoas que têm dificuldades para acessar internet ou telefone, e que os canais preferenciais ainda são o aplicativo **Meu INSS**, o site e a Central 135.

Um documento de identificação oficial. O beneficiário não precisa levar extrato do **INSS** ou comprovante de inscrição.

Não há prazo final para buscar o atendimento presencial ou solicitar ressarcimento. O **INSS** diz que todos serão atendidos.

O governo definiu um prazo de 15 dias úteis para a entidade enviar os documentos comprovando que houve autorização do aposentado para se associar.

Após análise, se ficar comprovado que o desconto foi indevido, devolverá o dinheiro, mas ainda não há uma data certa para isso. O aposentado pode recuperar as mensalidades descontadas indevidamente entre março de 2020 e março de 2025.

No caso de valores descontados no mês de abril deste ano, o **INSS** iniciou na segunda-feira (26) a devolução dos valores , com base no calendário regular de pagamentos do **INSS**, de acordo com o número final do benefício (sem considerar o dígito verificador).

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/06/apos-fila-ate-a-calcada-consulta-a-descontos-do-inss-vira-principal-atendimento-nos-correios-em-bh.shtml>

Como se planejar para ter uma restituição maior no Imposto de Renda de 2026

Fernando Narazaki

A declaração do Imposto de Renda de 2026 só deve começar em março de 2026, mas um bom planejamento feito a partir de agora pode ajudar a ter uma restituição maior ou diminuir o tributo a ser pago.

A restituição ocorre quando o valor retido pela Receita durante o ano é maior do que o imposto devido pela pessoa. Já o pagamento será feito quando o tributo retido pelo contribuinte é menor do que a quantia a ser paga no ano.

Caso a **Receita Federal** não mude as regras no próximo ano, será possível deduzir gastos com saúde, educação, dependentes, previdência privada e livro-caixa, que ajudam a reduzir o imposto devido.

Dedução por dependente: R\$ 2.275,08 (valor mensal de R\$ 189,59)

Limite anual de despesa com educação, pelo titular ou por dependente: R\$ 3.561,50

Limite anual do desconto simplificado (desconto-padrão): R\$ 16.754,34

Despesas de saúde devidamente comprovadas: não há limite de valores

A Folha ouviu especialistas que indicaram algumas dicas que podem ajudar o contribuinte a ter uma devolução maior.

O primeiro passo é se organizar e separar os documentos que são necessários para a declaração, como comprovantes e notas fiscais de despesas com médicos, hospitais, dentistas. Uma dica é listar as despesas e os valores de reembolso de plano de saúde, se for o caso.

Para quem investe em ações ou bitcoins, é preciso reservar as notas das corretoras que são enviadas para cada operação na Bolsa ou com criptomoedas. "Guarde os documentos em um local específico ao longo do ano para que você não precise correr na última hora atrás desses comprovantes", disse Claudinei Tonon, presidente do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo.

Os informes de rendimentos de bancos, empresas, imobiliárias, operadoras de planos de saúde e de previdência, e órgãos públicos como o **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), com os valores consolidados de 2025, serão enviados para o contribuinte até 28 de fevereiro do próximo ano.

Uma novidade para a declaração do próximo ano é a obrigatoriedade do **Receita Saúde**, aplicativo que os profissionais da saúde devem usar para emitir seus recibos de pagamento das consultas realizadas como pessoa física.

Desde 1º de janeiro deste ano, a Receita passou a exigir que médicos, dentistas, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicólogos e terapeutas ocupacionais usem o aplicativo para comunicar os valores que receberam dos seus pacientes. O recurso está disponível desde abril de 2024, mas ele era opcional até 31 de dezembro do ano passado.

O contribuinte já pode consultar se os recibos foram emitidos. De acordo com a Receita, os dados inseridos no aplicativo serão importados automaticamente para a declaração pré-preenchida do Imposto de Renda.

O **Receita Saúde** é acessado pelo aplicativo da **Receita Federal**, que pode ser baixado para tablet e celular nas lojas oficiais da App Store (para iPhone e iPad) e da Play Store (para aparelhos com Android). É preciso tomar cuidado para não instalar aplicativos que não são oficiais. O desenvolvedor da **Receita Federal** é Serviços e Informações do Brasil.

Após instalar o aplicativo, vá em "Entrar com gov.br", informe o CPF e a senha para fazer o login. Em seguida, clique no item "Receita Saúde". Será aberto o "perfil paciente" e a pessoa pode consultar todos os recibos que foram emitidos em seu nome ou dos dependentes em 2025.

"O contribuinte terá uma garantia de que o médico com quem se consultou é um médico mesmo, porque tem casos de contribuintes que enviam recibos de pessoas que não são qualificadas para exercer a profissão. Já o médico não vai correr o risco de ter alguém fraudando o recibo dele, utilizando o nome dele indevidamente", diz Ricardo Ribeiro Júnior, supervisor do Imposto de Renda em São Paulo.

As despesas com a saúde foram a principal razão de malha fina em 2023 e 2024, devido a erros na dedução. O item tem especial atenção do fisco, já que não há limite para dedução de gastos com saúde no Imposto de Renda, mas é preciso seguir uma série de regras para ter essa despesa aceita pelo fisco.

A expectativa da Receita é que o aplicativo ajude a diminuir o número de declarações na malha fina. "Vai melhorar o controle das despesas do contribuinte com médicos, dentistas e outros profissionais, e também ajudar na dedução desses gastos", afirmou Welinton Mota, diretor tributário da Confirp Contabilidade.

"Se você consultar e não vir o recibo, pode cobrar do profissional e pedir que ele declare o gasto, que pode te ajudar a aumentar a restituição ou diminuir o imposto a ser pago", disse Mota.

O planejamento deve levar em conta se a declaração do Imposto de Renda será enquadrada no desconto simplificado (com o abatimento de 20% do imposto devido, com limite máximo de R\$ 16.754,34) ou deduções legais.

A recomendação é usar o documento enviado neste ano como uma referência caso a pessoa tenha tido em 2024 as despesas de rotina. "Mas se houver uma nova renda ou gastos que não existiam no ano passado, é preciso reavaliar", disse Mota. Uma sugestão é usar o programa de declaração para simular as despesas e ver qual é a melhor opção tributária.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

"Se as despesas dedutíveis superarem o desconto padrão, [o contribuinte] deverá optar pelo modelo completo. O modelo simplificado é ideal para quem não possui despesas dedutíveis significativas", comentou Renata Soares Leal Ferrarezi, advogada tributarista especialista em Imposto de Renda.

O contribuinte que simulou e concluiu que se enquadra na dedução legal pode investir no PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) para aumentar a restituição ou diminuir o imposto a ser pago. Para quem tem o desconto simplificado como melhor opção, o PGBL não fará diferença no cálculo.

Esse tipo de previdência privada permite dedução de até 12% do rendimento tributável no ano. Para ser informado e deduzido no IR de 2026, o PGBL precisará ser adquirido até 31 de dezembro de 2025, já que a declaração é relativa à movimentação financeira do ano anterior.

O investidor pode simular até quanto pode gastar com o PGBL, tendo como referência a declaração do Imposto de Renda entregue neste ano, caso não tenha variações de renda muito grandes de um ano para o outro. "Pegue o que você teve de rendimento tributável e calcule 12% desse valor. Essa será a quantia máxima que você poderá deduzir no ano que vem", destacou Mota.

O rendimento tributável é informado no item "Resumo da Declaração" que está no menu do lado esquerdo no PGD (Programa Gerador de Declaração). Clique neste item e selecione "Rendimentos Tributáveis e Deduções". Veja o total que está no item "Rendimentos Tributáveis" e multiplique por 0,12. "O resultado será o limite do que você pode contribuir com o PGBL", disse Mota.

Caso a quantia supere os 12% permitidos pela legislação, o excedente não será incluído como dedução. "Com este valor definido, a pessoa pode pagar de uma vez ou ir parcelando ao longo do ano. Caso ela tenha algum rendimento a mais durante o ano, ela deve refazer a conta e realizar o ajuste necessário", comentou Mota.

"Para fazer simulações mais exatas do valor ideal de investimento existem simuladores, que inclusive são ferramentas utilizadas por bancos e instituições de investimento", recomendou Ferrarezi.

A dedução com o PGBL exige que o contribuinte tenha contribuído para o **INSS** ao longo de 2025. Essa quantia é retida automaticamente na fonte caso ele seja empregado ou pode ser paga pelo próprio contribuinte com o recolhimento do Carnê-Leão durante o ano.

Outra despesa que pode ser deduzida do Imposto de Renda é o livro-caixa de quem é autônomo. A recomendação é guardar todos os comprovantes de despesas, os recibos e as notas fiscais dados aos clientes e ficar atento com o enquadramento da empresa como MEI (microempreendedor individual), ME (microempresa) ou EPP (empresa de pequeno porte). Cada uma delas tem um limite de faturamento e uma tributação diferente.

"É permitido deduzir do valor recebido todos os gastos para a execução do serviço ou renda de aluguel. É necessário guardar por cinco anos esses comprovantes", disse Sandro Rodrigues, sócio fundador da Attend Contabilidade.

A doação não aumenta a restituição e nem diminui o imposto a ser pago. De acordo com a Receita, o valor doado é considerado uma destinação do imposto

devido. A quantia é repassada para a entidade escolhida pelo contribuinte em vez de ir para o fisco.

É possível doar para várias leis de incentivo e entidades beneficentes, mas a somatória tem o limite de 7% do imposto devido quando há um repasse para o desporto e o paradesporto, e de 6% quando não envolve o desporto ou paradesporto.

Veja a tabela com o limite que pode ser doado

As doações feitas em 2025 só podem ser declaradas no Imposto de Renda de 2026. A exceção é a doação feita diretamente na declaração, que é realizada no programa de declaração e deve ser paga no mesmo ano da declaração, restrita a beneficiar entidades ligadas à infância, juventude e proteção de idosos.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/06/como-se-planejar-para-ter-uma-restituicao-maior-no-imposto-de-renda-de-2026.shtml>

Nova pesquisa Quaest revela brasileiros veem governo Lula como responsável por desvios no INSS

Um dos tópicos mais dramáticos para o governo da pesquisa Genial/Quaest que está sendo divulgada agora é o que mede a temperatura da roubalheira no **INSS** no humor da população.

O brasileiro de forma majoritária ficou sabendo do escândalo. Um total de 82%. Só que, apesar de todos os esforços do Palácio do Planalto para tentar vender o discurso de que foi o governo Lula quem investigou e desbaratou as quadrilhas que assaltavam os aposentados e pensionistas; e que a pilhagem começou no governo Bolsonaro, a população não comprou essa narrativa: 31% dos entrevistados disseram que o principal responsável pelo desvio de dinheiro no **INSS** foi o governo Lula . Apenas 8% creditaram o roubo ao governo Bolsonaro (14% responderam que o culpado foi o **INSS**)

A pesquisa foi feita entre quinta-feira passada e domingo com 2.004 brasileiros de todo o país de forma presencial.

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/lauro-jardim/post/2025/06/nova-pesquisa-quaest-revela-brasileiros-veem-governo-lula-como-responsavel-por-desvios-no-inss.ghtml>

Como se planejar para ter uma restituição maior no Imposto de Renda de 2026 (Imposto de Renda)

Fernando Narazaki

A declaração do Imposto de Renda de 2026 só deve começar em março de 2026, mas um bom planejamento feito a partir de agora pode ajudar a ter uma restituição maior ou diminuir o tributo a ser pago.

A restituição ocorre quando o valor retido pela Receita durante o ano é maior do que o imposto devido pela pessoa. Já o pagamento será feito quando o tributo retido pelo contribuinte é menor do que a quantia a ser paga no ano.

Caso a **Receita Federal** não mude as regras no próximo ano, será possível deduzir gastos com saúde, educação, dependentes, previdência privada e livrorcaixa, que ajudam a reduzir o imposto devido.

A Folha ouviu especialistas que indicaram algumas dicas que podem ajudar o contribuinte a ter uma devolução maior.

O primeiro passo é se organizar e separar os documentos que são necessários para a declaração, como comprovantes e notas fiscais de despesas com médicos, hospitais, dentistas. Uma dica é listar as despesas e os valores de reembolso de plano de saúde, se for o caso.

Para quem investe em ações ou bitcoins, é preciso reservar as notas das corretoras que são enviadas para cada operação na Bolsa ou com criptomoedas. "Guarde os documentos em um local específico ao longo do ano para que você não precise correr na última hora atrás desses comprovantes", disse Claudinei Tonon, presidente do Sindicato dos Contabilistas de São Paulo.

Os informes de rendimentos de bancos, empresas, imobiliárias, operadoras de planos de saúde e de previdência, e órgãos públicos como o **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), com os valores consolidados de 2025, serão enviados para o contribuinte até 28 de fevereiro do próximo ano.

Uma novidade para a declaração do próximo ano é a obrigatoriedade do Receita Saúde, aplicativo que os

profissionais da saúde devem usar para emitir seus recibos de pagamento das consultas realizadas como pessoa física.

Desde 1º de janeiro deste ano, a Receita passou a exigir que médicos, dentistas, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicólogos e terapeutas ocupacionais usem o aplicativo para comunicar os valores que receberam dos seus pacientes. O recurso está disponível desde abril de 2024, mas ele era opcional até 31 de dezembro do ano passado.

O contribuinte já pode consultar se os recibos foram emitidos. De acordo com a Receita, os dados inseridos no aplicativo serão importados automaticamente para a declaração pré-preenchida do Imposto de Renda.

O Receita Saúde é acessado pelo aplicativo da **Receita Federal**, que pode ser baixado para tablet e celular nas lojas oficiais da App Store (para iPhone e iPad) e da Play Store (para aparelhos com Android). É preciso tomar cuidado para não instalar aplicativos que não são oficiais. O desenvolvedor da **Receita Federal** é Serviços e Informações do Brasil.

Após instalar o aplicativo, vá em "Entrar com gov.br", informe o CPF e a senha para fazer o login. Em seguida, clique no item "Receita Saúde". Será aberto o "perfil paciente" e a pessoa pode consultar todos os recibos que foram emitidos em seu nome ou dos dependentes em 2025.

"O contribuinte terá uma garantia de que o médico com quem se consultou é um médico mesmo, porque tem casos de contribuintes que enviam recibos de pessoas que não são qualificadas para exercer a profissão. Já o médico não vai correr o risco de ter alguém fraudando o recibo dele, utilizando o nome dele indevidamente", diz Ricardo Ribeiro Júnior, supervisor do Imposto de Renda em São Paulo.

As despesas com a saúde foram a principal razão de malha fina em 2023 e 2024, devido a erros na dedução. O item tem especial atenção do fisco, já que não há limite para dedução de gastos com saúde no Imposto de Renda, mas é preciso seguir uma série de regras para ter essa despesa aceita pelo fisco.

A expectativa da Receita é que o aplicativo ajude a diminuir o número de declarações na malha fina. "Vai melhorar o controle das despesas do contribuinte com médicos, dentistas e outros profissionais, e também ajudar na dedução desses gastos", afirmou Welinton Mota, diretor tributário da Confirp Contabilidade.

"Se você consultar e não vir o recibo, pode cobrar do profissional e pedir que ele declare o gasto, que pode te ajudar a aumentar a restituição ou diminuir o imposto a ser pago", disse Mota.

O planejamento deve levar em conta se a declaração do Imposto de Renda será enquadrada no desconto simplificado (com o abatimento de 20% do imposto devido, com limite máximo de R\$ 16.754,34) ou deduções legais.

A recomendação é usar o documento enviado neste ano como uma referência caso a pessoa tenha tido em 2024 as despesas de rotina. "Mas se houver uma nova renda ou gastos que não existiam no ano passado, é preciso reavaliar", disse Mota. Uma sugestão é usar o programa de declaração para simular as despesas e ver qual é a melhor opção tributária.

"Se as despesas dedutíveis superarem o desconto padrão, [o contribuinte] deverá optar pelo modelo completo. O modelo simplificado é ideal para quem não possui despesas dedutíveis significativas", comentou Renata Soares Leal Ferrarezi, advogada tributarista especialista em Imposto de Renda.

O contribuinte que simulou e concluiu que se enquadra na dedução legal pode investir no PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) para aumentar a restituição ou diminuir o imposto a ser pago. Para quem tem o desconto simplificado como melhor opção, o PGBL não fará diferença no cálculo.

Esse tipo de previdência privada permite dedução de até 12% do rendimento tributável no ano. Para ser informado e deduzido no IR de 2026, o PGBL precisará ser adquirido até 31 de dezembro de 2025, já que a declaração é relativa à movimentação financeira do ano anterior.

O investidor pode simular até quanto pode gastar com o PGBL, tendo como referência a declaração do Imposto de Renda entregue neste ano, caso não tenha variações de renda muito grandes de um ano para o outro. "Pegue o que você teve de rendimento tributável e calcule 12% desse valor. Essa será a quantia máxima que você poderá deduzir no ano que vem", destacou Mota.

O rendimento tributável é informado no item "Resumo

da Declaração" que está no menu do lado esquerdo no PGD (Programa Gerador de Declaração). Clique neste item e selecione "Rendimentos Tributáveis e Deduções". Veja o total que está no item "Rendimentos Tributáveis" e multiplique por 0,12. "O resultado será o limite do que você pode contribuir com o PGBL", disse Mota.

Caso a quantia supere os 12% permitidos pela legislação, o excedente não será incluído como dedução. "Com este valor definido, a pessoa pode pagar de uma vez ou ir parcelando ao longo do ano. Caso ela tenha algum rendimento a mais durante o ano, ela deve refazer a conta e realizar o ajuste necessário", comentou Mota.

"Para fazer simulações mais exatas do valor ideal de investimento existem simuladores, que inclusive são ferramentas utilizadas por bancos e instituições de investimento", recomendou Ferrarezi.

A dedução com o PGBL exige que o contribuinte tenha contribuído para o **INSS** ao longo de 2025. Essa quantia é retida automaticamente na fonte caso ele seja empregado ou pode ser paga pelo próprio contribuinte com o recolhimento do Carnê-Leão durante o ano.

Outra despesa que pode ser deduzida do Imposto de Renda é o livro-caixa de quem é autônomo. A recomendação é guardar todos os comprovantes de despesas, os recibos e as notas fiscais dados aos clientes e ficar atento com o enquadramento da empresa como MEI (microempreendedor individual), ME (microempresa) ou EPP (empresa de pequeno porte). Cada uma delas tem um limite de faturamento e uma tributação diferente.

"É permitido deduzir do valor recebido todos os gastos para a execução do serviço ou renda de aluguel. É necessário guardar por cinco anos esses comprovantes", disse Sandro Rodrigues, sócio fundador da Attend Contabilidade.

A doação não aumenta a restituição e nem diminui o imposto a ser pago. De acordo com a Receita, o valor doado é considerado uma destinação do imposto devido. A quantia é repassada para a entidade escolhida pelo contribuinte em vez de ir para o fisco.

É possível doar para várias leis de incentivo e entidades beneficentes, mas a somatória tem o limite de 7% do imposto devido quando há um repasse para o desporto e o paradesporto, e de 6% quando não envolve o desporto ou paradesporto.

Veja a tabela com o limite que pode ser doado

As doações feitas em 2025 só podem ser declaradas no Imposto de Renda de 2026. A exceção é a doação feita diretamente na declaração, que é realizada no programa de declaração e deve ser paga no mesmo ano da declaração, restrita a beneficiar entidades ligadas à infância, juventude e proteção de idosos.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/06/como-se-planejar-para-ter-uma-restituicao-maior-no-imposto-de-renda-de-2026.shtml>

O fiasco das eleições na Venezuela - ANDRÉS OPPENHEIMER

ANDRÉS OPPENHEIMER

Após o fiasco das eleições legislativas venezuelanas, Nicolás Maduro provavelmente deixará de realizar votações com qualquer pretensão mínima de normalidade democrática.

Tão poucas pessoas votaram que o regime ficou em uma situação muito desfavorável e Maduro agora diz que quer mudar a Constituição e realizar no futuro eleições sob um sistema de "circuito comunal". É claro que isso lhe garantiria, como em Cuba, vitórias automáticas.

A líder opositora María Corina Machado me disse que as eleições foram uma "derrota monumental" para Maduro, porque uma esmagadora maioria dos venezuelanos atendeu ao apelo para boicotá-las. O regime de Maduro afirmou que a participação foi de 43%, mas María Corina disse que foi de apenas 12%.

Tudo indica que a estimativa dela está mais próxima da realidade.

A empresa de pesquisa Meganalisis estimou a participação em 14%. A revista The Economist noticiou que "a participação foi lamentável. As seções eleitorais estavam desertas".

Como esperado, Maduro conquistou uma vitória retumbante.

De acordo com o Conselho Nacional Eleitoral (CNE), controlado pelo governo, o partido de Maduro ganhou 83% dos assentos parlamentares e 23 dos 24 governos estaduais.

Nas eleições presidenciais do ano passado, das quais María Corina e outras figuras importantes da oposição foram banidas, Maduro reivindicou a vitória apesar de as atas de votação mostrarem que o candidato da oposição, Edmundo González Urrutia, tinha vencido com 67% dos votos.

APOIO. Até aqui, Maduro tem procurado simular uma certa normalidade democrática para não perder o reconhecimento do Brasil e de outros países.

Mas após a baixíssima participação no dia 25, ele passou a afirmar que mudará a Constituição para

reformular o sistema eleitoral. Ele não deu mais detalhes, mas parecia estar propondo um sistema de plebiscitos controlados pelo governo.

Eu não ficaria surpreso se Maduro fosse adiante com esse plano, porque suas farsas eleitorais são tão grosseiras que nem mesmo governos democráticos de esquerda conseguem aceitá-las. E o fato de Maduro não conseguir nem sequer que os funcionários públicos compareçam às urnas o faz parecer fraco em seu próprio país.

Em suma, as eleições foram uma vitória de Pirro para Maduro.

Agora, ele terá mais legisladores e governadores, mas estará ainda mais isolado do restante do mundo e de seu próprio povo, em um contexto econômico cada vez pior. | TRADUÇÃO DE GUILHERME RUSSO

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Lula sanciona lei que reestrutura carreiras

» **VICTOR CORREIA**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, ontem, a lei que reestrutura carreiras-eliminando as obsoletas e criando três novas-e reajusta salários de servidores do Executivo federal, aposentados e pensionistas, de forma escalonada. Os reajustes e reestruturações são resultados de 38 acordos firmados pelo governo federal com as categorias no ano passado.

A Lei 15.141, publicada no Diário Oficial da União (DOU), substitui a Medida Provisória (MP) 1.286/24, assinada no fim do ano passado e que perdeu a validade no início deste mês. E, pelas contas do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), o impacto fiscal dos aumentos salariais será de R\$ 17,99 bilhões, em 2025; de R\$ 26,76 bilhões, em 2026; e de R\$ 29,17 bilhões, em 2027, somando R\$ 73,92 bilhões, em três anos.

"Desde a criação do MGI, temos trabalhado para modernizar a gestão pública, reconhecendo nossos servidores, promovendo a inovação, e melhorando a qualidade dos serviços prestados à população. A nova lei é um marco do compromisso deste governo com a valorização dos **servidores públicos** federais", declarou a titular da pasta, ministra Esther Dweck.

Os valores dos ajustes salariais do funcionalismo federal variam de acordo com as categorias de servidores, que negociaram diretamente com o governo. Para aqueles que não formaram acordo, a correção será de 9%, em 2025, e de outros 9%, em 2026.

A nova lei cria três carreiras no serviço público: Desenvolvimento Socioeconômico e Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa, que terão 750 vagas cada uma, preenchidas pelo Concurso Público Nacional Unificado (CNPNU), realizado no ano passado. Também estão previstos 6.060 cargos de analista em educação e 4.040 de técnico em Educação, sem aumento de despesa. Além disso, reestrutura cargos e planos de carreira, redefine remunerações de cargos comissionados e funções de confiança, padroniza regras de gratificações de desempenho e altera a composição de conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de **previdência complementar**. Ao todo, 29,7 mil cargos obsoletos foram transformados em 28,4 mil vagas novas, sem impacto orçamentário.

Durante a tramitação no Congresso, o texto foi aprovado, primeiro, na Câmara dos Deputados, onde foi desmembrado. Parlamentares decidiram retirar trechos que tratavam de mudanças estruturais na administração pública, como regras sobre progressão de carreira e avaliação de desempenho. Esses pontos serão discutidos separadamente por um grupo de trabalho sobre a reforma administrativa.

Cota ampliada

Lula também sancionou, ontem, uma lei que aumenta para 30% a reserva de vagas para pessoas negras, indígenas e quilom-bolas em concursos públicos e seleções temporárias.

A nova regra substitui a Lei de Cotas, que previa a reserva de 20% de vagas para pessoas negras (pretas ou pardas) e não incluía indígenas e quilombolas para os concursos públicos. A mudança vale para cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração federal direta, autarquias, empresas públicas, fundações públicas e sociedades de economia mista controladas pela União.

"É importante permitir que este país um dia possa ter uma sociedade com a cara da própria sociedade nas repartições públicas, no Ministério Público, no Itamaraty, na Procuradoria-Geral, na Receita (Federal), em tudo quanto é lugar. Ainda temos poucas mulheres, poucos negros, quase que nenhum indígena. Isso é resultado de uma briga que precisamos fazer todo santo dia. Não tem trégua. A luta da humanidade é infinita, ela nunca termina", comentou Lula sobre o projeto.

O texto foi assinado em solenidade privada no Palácio do Planalto, com a presença das ministras Sonia Guajajara (Povos Indígenas), Esther Dweck, Marina Silva (Meio Ambiente), Anielle Franco (Igualdade Racial) e Gleisi Hoffmann (Relações

Institucionais). Segundo Dweck, a mudança é importante para acelerar a inclusão de pessoas negras, indígenas e quilombo-las no serviço público.

A ministra do MGI disse que o governo fez a mudança porque, nos 10 anos de vigência da Lei de Cotas, houve poucos concursos e não houve muitas mudanças no perfil dos servidores. "Foi um período de baixíssimos concursos públicos. A gente não conseguiu reverter o quadro de baixa representação no serviço público federal. Essa lei cumpre papel

essencial para garantir que o serviço público brasileiro, principalmente federal, tenha a cara do Brasil e represente, de fato, a nossa população", disse Dweck.

De acordo com o MGI, o texto da nova lei foi elaborado com

base na análise de decisões judiciais, aspectos técnicos, recomendações dos órgãos de controle e diálogos com a sociedade civil e parlamentares. Foram mais de dois anos de debates envolvendo o Congresso, a sociedade civil e os órgãos de controle, que culminaram na aprovação da nova norma que aperfeiçoa dispositivos da Lei de Cotas (º 12.990/2014). A nova lei será revisada a cada 10 anos, "para garantir o constante aprimoramento da política", segundo o MGI.

Para a ministra, a sanção da nova lei ocorre em um "momento estratégico", marcado pela ampla retomada dos concursos públicos, "permitindo que esse modelo inovador de seleção seja ainda mais inclusivo".

Concurso unificado

Ontem, o MGI publicou três portarias que detalham a autorização de 2.021 vagas para a segunda edição do CPNU, conhecido como "Enem dos Concursos". O novo certame prevê 3.652 vagas distribuídas entre 36 órgãos da administração pública, sendo 3.144 para cargos de nível superior e 508 para nível intermediário. Desse total, 2.480 vagas serão de provimento imediato e 1.172 destinadas ao provimento no curto prazo, após a homologação dos resultados.

De acordo com a pasta, primeiramente, a Portaria nº 4.264/2025 autoriza 300 vagas para o cargo de Analista do Seguro Social no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Em seguida, a Portaria nº 4.265/2025 destina 21 vagas no cargo de Técnico de Assuntos Educacionais para a Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Já a Portaria nº 4.266/2025 contempla 1.700 vagas, distribuídas entre vários órgãos, como MGI (500 vagas), Comando da Marinha (140), Comando do Exército (131), Comando da Aeronáutica (90), agências reguladoras, fundações, hospitais e ministérios.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/06/04/all.pdf>

Brasil cresce menos do que poderia, aponta economista

O Brasil está crescendo menos do que poderia crescer, e a incerteza sobre o panorama fiscal não ajuda. A avaliação é de Jens Arnold, economista responsável na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) pelo acompanhamento da economia brasileira.

A OCDE manteve ontem sua projeção de que o crescimento no Brasil vai desacelerar de 3,4% no ano passado para 2,1% neste ano e 1,6% em 2026. A moderação é amplamente resultado da queda na demanda interna. Espera-se que o consumo desacelere em decorrência do aumento da **inflação** e da menor confiança do consumidor.

Avalia que, após uma forte recuperação em 2024, é provável que o investimento privado sofra contração em 2025 e 2026, como resultado da demanda externa mais fraca e do impacto das taxas de juros mais altas.

Do lado da oferta, o setor manufatureiro brasileiro está sendo afetado pelas tarifas dos EUA, que continua sendo o principal destino das exportações brasileiras desses produtos.

Prevê **inflação** anual de 5,7% em 2025, antes de cair ligeiramente para 5% em 2026. Isso ocorre porque a **inflação** trimestral tenderá gradualmente para a meta, atingindo cerca de 4% no último trimestre de 2026, embora ainda sejam possíveis ligeiros aumentos temporários por causa de choques comerciais e tarifários.

As projeções incluem novos aumentos da taxa de juros, com a taxa básica subindo para 15% no fim de 2025, seguida de um declínio gradual para 12% no final de 2026, à medida que as pressões inflacionárias se enfraquecem.

A expectativa é de que uma postura fiscal levemente expansionista continue em 2025, e uma proposta de reforma do imposto de renda, que deverá ser neutra em termos de **impostos**, provavelmente não proporcionará espaço fiscal adicional para lidar com as crescentes pressões de gastos.

Avalia que o aumento dos gastos sociais deve continuar, o que exacerbará a pressão sobre as finanças públicas.

Não há grandes diferenças entre as projeções de expansão da economia brasileira feitas por grandes organizações internacionais. O FMI prevê taxa de 2% e o Banco Mundial de 1,8%. Mas tudo parece ser mais questão de "ti-ming" nas estimativas.

Para Jens Arnold, o Brasil está crescendo menos do que poderia. "Do lado das políticas para melhorar a produtividade, o Brasil deu um passo muito importante com a **reforma tributária**", diz ele. "Essa reforma terá um impacto positivo sobre o crescimento nos anos a seguir. Mas do lado das políticas macroeconômicas, a incerteza sobre o panorama fiscal não ajuda."

O economista da OCDE nota que o Brasil tem definido um rumo para as contas fiscais no novo arcabouço, mas ainda falta definir qual vai ser o caminho para chegar lá.

"Uma reforma das despesas obrigatórias abriria espaço para o ajuste fiscal que o Brasil precisa, e melhoraria também a eficiência do gasto público", afirma Arnold. "Também reduziria a incerteza sobre o futuro das contas públicas, e com isso as expectativas de **inflação**, permitindo condições financeiras menos restritivas." (AM)

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188222?page=18§ion=1>

Lei impede prorrogação de incentivos fiscais federais em caso de piora nas contas públicas

Eduardo Cucolo

Uma lei complementar sancionada pelo presidente Lula em dezembro do ano passado pode impedir a prorrogação de pelo menos 10% dos benefícios fiscais classificados como gastos tributários pela **Receita Federal**, em caso de piora nas contas do governo.

A medida faz parte dos gatilhos para reforçar o arcabouço fiscal, aprovados pelo Congresso no ano passado, dentro de um projeto que também limitou o reajuste do salário mínimo e mudou as regras do BPC (Benefício de Prestação Continuada).

Entre os benefícios previstos para acabar nos próximos anos estão aqueles voltados para informática e automação, semicondutores (Padis), atenção oncológica (Pronon), saúde de pessoa com deficiência (Pronas/PCD), leasing de aeronaves e o incentivo ao esporte.

Também estão na mira alguns programas nas regiões da Sudam (Amazônia), Sudene (Nordeste), Zona Franca de Manaus e áreas de livre comércio do Norte, segundo levantamento feito pela Folha e pelo escritório SBSA com base no Orçamento de 2025 e dados da **Receita Federal**.

A nova legislação diz que fica vedada a promulgação de lei que conceda, amplie ou prorrogue incentivo ou benefício tributário em duas situações.

Primeiro, em caso de déficit primário nas contas do governo central a partir de 2025. Segundo, se o projeto de lei orçamentária apontar redução no valor nominal das despesas discricionárias (não obrigatórias, como investimentos) para o ano seguinte. Nesse caso, a medida vale a partir de 2027.

A prorrogação de incentivos só voltará a ser autorizada quando as duas situações estiverem corrigidas, ou seja, se o governo voltar a registrar superávits e a despesa discricionária voltar a crescer.

A lei também pode impedir a criação e renovação de benefícios que não são considerados pela Receita como gasto tributário, como o projeto apresentado neste ano de correção da tabela do Imposto de Renda.

Por isso, o governo propôs que o aumento da faixa de

isenção para R\$ 5.000 possa valer por tempo indeterminado, e não apenas por cinco anos, prazo que tem sido fixado nas leis orçamentárias desde 2012 para renovação ou implementação de novos benefícios.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Os benefícios com data para acabar somam ao todo R\$ 81 bilhões, se forem consideradas desonerações referentes a Imposto de Renda (incluindo pessoa física, jurídica e retido na fonte), Imposto de Importação e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) que vencem até 2073. Pelo menos R\$ 35 bilhões têm data para acabar até o fim de 2027.

Estão fora da conta benefícios de PIS/Cofins e IPI (imposto sobre industrializados) que terminam em 2027 por causa da **reforma tributária**. As exceções para os novos **tributos** não têm data para terminar, mas podem ser revistas a partir de 2030 pelo Congresso.

Incentivos com prazo definido são uma exceção entre os gastos tributários de R\$ 536 bilhões informados no Orçamento de 2025, valor que representa cerca de 4% do **PIB** ou 20% da arrecadação administrada pela **Receita Federal**. O governo considera que os cálculos estão subestimados e que a renúncia pode chegar a R\$ 800 bilhões.

O que diz a Lei Complementar 211/2024

Fonte: Lei Complementar 211/2024. Esse tipo de legislação é aprovada por maioria absoluta das Casas do Congresso Nacional (mais que a metade da composição do colegiado), diferentemente das leis ordinárias, que precisam apenas de maioria simples (mais que a metade dos presentes).

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

Lei impede prorrogação de incentivos fiscais federais em caso de piora nas contas públicas

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2025/06/lei-impede-prorrogacao-de-incentivos->

***fiscais-federais-em-caso-de-piora-nas-contas-
publicas.shtml***

A próxima tempestade - FÁBIO ALVES

FÁBIO ALVES

Em meio às reviravoltas dos anúncios sobre as tarifas de importação dos Estados Unidos, levando os mercados globais a uma vertiginosa montanha-russa, mais uma turbulência deve chacoalhar os investidores ao longo das próximas semanas, quando tramita pelo Senado americano o projeto orçamentário do presidente Donald Trump com a proposta de cortes de **impostos** e aumento de gastos.

O projeto, apelidado por Trump de "big beautiful bill", passou pela Câmara dos Deputados por um único voto de diferença. Do jeito que o texto saiu de lá, as projeções são de que o projeto vai elevar o déficit fiscal dos EUA em quase US\$ 3 trilhões ao longo da próxima década e aumentar em quase US\$ 4 trilhões a dívida do governo federal, atualmente ao redor de US\$ 36 trilhões.

Não à toa, o calafrio dos investidores. A questão para o mercado, agora, é se os senadores americanos vão se rebelar e mexer no texto, limitando a trajetória do aumento do déficit orçamentário. O partido de Trump também controla o Senado, mas há um grupo de senadores republicanos extremamente conservadores em termos fiscais. Eles podem não endossar o plano do presidente. A expectativa é de que o voto no Senado aconteça até o fim de julho, antes do tradicional recesso parlamentar em agosto.

Se a vontade de Trump prevalecer, com a trajetória do déficit e da dívida federal dos EUA considerada explosiva demais pelos investidores, o risco é de uma tempestade nos mercados globais, afetando drasticamente o valor do dólar e o nível dos juros dos títulos públicos mundo afora.

Hoje, a dívida federal em posse do público corresponde a 100% do **PIB** americano. Mas esse número poderá atingir 130% em 2034 caso os cortes atuais de **impostos** se tornem permanentes, nos cálculos da Kunito Capital, que fez estudo sobre o impacto fiscal do projeto orçamentário e da política tarifária de Trump. Conforme o estudo, já em 2026 o déficit deve subir 1,2 ponto percentual, com o corte de **impostos** (0,6 ponto) e o aumento de despesas (0,6 ponto).

"A política fiscal pode se tornar significativamente expansionista em 2026, contribuindo com cerca de 1 ponto percentual para o **PIB**", diz o economista-chefe da Kunito, Sávio Barbosa, para quem o crescimento

da economia americana pode superar 2% em 2026.

Esse cenário dificulta o trabalho do Federal Reserve (Fed), que vinha cortando os juros nos EUA, e põe em xeque a aposta de mais dois cortes da taxa básica neste ano. Esse alívio poderia melhorar a liquidez mundial e ajudar países emergentes, como o Brasil.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

TEMOS UM MUNDO COM POPULAÇÃO GRANDE E RECURSOS LIMITADOS'

RAFAEL GARCIA

ENTREVISTA

Paulo Saldiva / cientista

Patologista que estuda efeitos do clima sobre a vida urbana aponta como queimadas, calor, enchentes e outros eventos afetam a saúde e exigem novas políticas sanitárias

Um dos patologistas mais respeitados do Brasil, o cientista e professor da USP Paulo Saldiva tem se dedicado muito a um assunto originado fora da medicina, mas que a está afetando enormemente: a mudança climática.

Estudioso do efeito da po-ão no organismo, Saldiva afirma que o aquecimento global traz essa e outras dimensões de problemas para a mesa da saúde.

Segundo ele, não é possível discutir hoje o impacto da crise do clima sem essa perspectiva, e não se pode fazer política ambiental sem levar em conta consequências sanitárias.

- Nós precisamos colocar o preço da perda de saúde nas políticas para o clima -diz.

Em entrevista ao GLOBO, Saldiva antecipou um pouco do que vai falar na próxima sexta-feira a um público de Belém (PA), em seminário promovido pela Confederação Nacional de Saúde e pela Associação Nacional de Hospitais Privados (Anahp).

O sr.tem uma visão particular sobre a questão ambiental, inspirada na fisiologia humana. Pode explicá-la?

As cidades brasileiras se programaram para uma realidade quando elas foram criadas, 500 ou 400 anos atrás, caso de São Paulo, Rio de Janeiro e outras. O que eu faço é uma analogia com um bebê. A cidade tem uma genética, que é a cultura de quem a compôs. O organismo do bebê, durante a gestação e seu desenvolvimento, se programa pelo tipo de comida que a mãe recebe ou não, e tenta se adaptar. Da mesma maneira, a cidade tem modulação da expressão dos seus genes. O organismo de uma criança que nasceu de uma mãe passando fome, na

qual a placenta não se desenvolveu adequadamente, faz uma previsão de que vai passar fome também, e toma uma série de medidas. Ele tenta salvar o cérebro, diminui então os receptores de insulina para que o nível de glicose seja mais alto, aumentando a eficiência absorviva. Só que se essa criança nasce num ambiente cheio de gordura e calorias, ela vai engordar e vai fazer diabetes do tipo 2. Isso se chama "programação fetal das doenças". O que acontece com as cidades, é que elas foram constituídas quando a população humana era pequena, num mundo grande com recursos virtualmente infinitos. Só que, nos últimos 150 anos, houve um aumento enorme da população na Terra e uma mudança dos hábitos de consumo. O resultado disso é que agente tem uma população grande para um mundo com recursos limitados, e mal-adapta-ção. A cidade de São Paulo, por exemplo, tem "trombos arteriais" veiculares, metálicos, que impedem o fluxo. Quando chove, ela desenvolve "edema", quando não chove desidrata e tem febre. Ela

tem queda de pelos, uma "alopecia" pelo desmatamen-to. Tem "diarréia aquosa" representada pelos rios... E, por fim, temos um Alzheimer dos "neurônios" dirigentes que esquecem o que foi feito de bom nas gestões anteriores, não conseguem antecipar o futuro, por deficiência cognitiva ou por interesses.

Se a Saúde tem mais institucionalidade que a área do Meio Ambiente, como essa robustez pode ajudar na questão climática?

Veja o caso do cigarro. A Saúde detecta a associação dele com uma série de malefícios, mas também põe as condições de "advocacy" para que se possa tomar medidas, tanto tarifárias quanto de comunicação, para fazer cair o número de fumantes. Se você ficasse só nessa caixa, seria o equivalente a fazer política pública apenas aumentando o número de vagas de pneumologistas, cirurgiões toráci-cos e oncologistas. Isso implica que a Saúde precisa também ser menos emissora de C02, o que significa reduzir a pegada de carbono do atendimento hospitalar e dos procedimentos médicos, diminuir a produção de resíduo sólido.

Ela vai ter que dialogar com áreas em que não tem domínio. Nós conseguimos vacinar pessoas por uma doença viral transmitida por mosquitos, e que é uma

coisa afetada pelas mudanças climáticas. Mas a Saúde não consegue regular consumo de energia por combustível fóssil, nem o uso e a ocupação do solo, que vão afetar a saúde lá na ponta. Nós precisamos colocar o preço da perda de saúde nas políticas para o clima.

Como isso pode ser feito?

E difícil responder, mas também tem a ver com o exemplo da indústria do cigarro. Para cada R\$ 1 de arrecadação da cadeia produtiva do cigarro, gastam-se R\$ 8 de perdas de saúde. Quando se incorpora a saúde às mudanças climáticas e se atribui o valor do trabalho perdido, junto com o valor do que o sistema de saúde gastou, você vê que uma parte substancial, senão a totalidade, dos custos necessários para reduzir as emissões já está embutido ali. Isso significa, em resumo, que nós estamos subsidiando formas não sustentáveis de energia por meio dos custos **impostos** à saúde. É por isso

que eu estou chamando os hospitais para advocacy, e é isso que eu vou tentar falar lá para o público em Belém.

O sr. tem estudado o impacto da fumaça de queimadas na saúde dos brasileiros. Isso tende a se agravar?

O clima influencia queimadas, mas o Brasil queima desde o século XVI em produção agrícola, com a cana-de-açúcar, com os portu-

Seses aqui. Holandeses e nceses chegaram no Nordeste e continuaram queimando. Os índios faziam isso em pequena escala, mas com uma certa sabedoria. Hoje o setor agropecuário é diverso. Você tem o que está investindo pesado em sus-tentabilidade e o outro que toca fogo. Mas o que faz certo não ganha incentivo em relação ao outro.

A cidade de São Paulo tem hoje preparo para lidar com extremos de frio, para cuidar da população de rua, por exemplo. Por que não vemos isso durante ondas de calor? Os alertas para calor, na verdade, existem, mas é uma coisa simbólica. Você põe os sprinklers na rua, tem ten-dinhas distribuindo água.

No Rio também tem. Mas a gente vai precisar de mais que isso. Precisamos fazer um treinamento para os agentes de saúde identificarem riscos. Nós estamos menos capacitados para lidar com extremos de temperatura do que para lidar com doenças infecciosas, por uma questão cultural.

No ano passado tivemos uma epidemia recorde de dengue, que é transmitida por mosquitos. Isso já é resultado do aquecimento global?

Sem dúvida. É o clima com os problemas de saneamento e ambientais. Com a concentração das chuvas em um determinado período, aparecem os criadores naturais que vão se expandido também geograficamente, chegando a lugares onde não estavam. Para enfrentar isso o Brasil tem em fase de produção agora a vacina de dengue mais eficiente do mundo, no Butantan.

O sr. também tem escrito sobre a relação entre o aumento da violência e a mudança climática. É comprovada essa influência? Sim. E não é só para violência "externa", mas também para autoviolência. A violência externa tem explicações mais simples. O nosso sistema ter-morregulador no cérebro, que é hipotalâmico, interfere na secreção de hormônios, como serotonina, como a vasopressina, ocitocina... que são reguladores do humor também. E há estudos sobre suicídio. Além disso, nas ondas de calor a gente não dorme bem. O sono fragmentado modifica o nosso humor.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

E essencial rever efeito do mínimo na Previdência (Editorial)

Em reunião de líderes do Executivo e do Legislativo, ficou acertado ontem o anúncio no domingo de "medidas estruturantes" para equilibrar as contas públicas. Desta vez, espera-se que não haja improviso, mas propostas capazes de extirpar a raiz do desequilíbrio fiscal: o crescimento inexorável de despesas obrigatórias acima da **inflação**, determinado por leis populistas que, apesar de bem-intencionadas, não encontram espaço no Orçamento.

A mais notável é a política de aumento real do salário mínimo, que acarreta automaticamente aumento em todas as despesas indexadas ao mínimo - é o caso de benefícios previdenciários como aposentadorias, Benefício de Prestação Continuada, abono salarial e seguro-desemprego. Outra fonte de pressão é a vinculação obrigatória das despesas com saúde e educação à arrecadação. Quando há crescimento da economia e maior recolhimento de **impostos**, o gasto com as duas áreas cresce, em detrimento das demais rubricas orçamentárias.

O resultado desse desarranjo é um Orçamento tomado por despesas obrigatórias, quase sem espaço para gastos livres, como investimentos ou custeio da máquina. Em 2025, essas despesas obrigatórias estão orçadas em R\$ 2,2 trilhões do total de 2,41 trilhões. Os R\$ 211 bilhões que sobram ainda precisam atender à voracidade das emendas parlamentares, estimadas em R\$ 50,4 bilhões -a proporção das emendas saltou de 4,8% das despesas livres para 21% em dez anos.

A medida que teria maior impacto imediato é desfazer o mecanismo perverso de indexação ao salário mínimo que leva à explosão das despesas previdenciárias e assistenciais. Só no ano passado, a Previdência gastou R\$ 982,6 bilhões, ou 42,6% do total do governo federal - fatia que tende a crescer em razão do envelhecimento da população (em 1999, eram 36,9%). Algo como 70% desses pagamentos equivalem a um salário mínimo. E cada real de aumento no mínimo eleva tais gastos em R\$ 400 milhões, pelas contas de Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos. Apenas o reajuste deste ano causou impacto de R\$ 42,5 bilhões, de acordo com Manoel Pires, coordenador do Observatório de Política Fiscal do FGV/Ibre.

Na campanha eleitoral, despreocupado com o impacto nas contas públicas, Lula prometeu retomar a política

de reajustar o mínimo acima da **inflação**. Depois de uma alta real de 5,64% no primeiro ano, o governo mudou a regra, determinando que o reajuste será no máximo de 2,5% além da **inflação**, mesmo limite imposto às despesas federais pelo arcabouço fiscal. Ainda assim, a mudança não é suficiente para equilibrar as contas. O certo seria desvincular do mínimo os reajustes das aposentadorias e de todos benefícios indexados a ele. Ou então corrigir o mínimo apenas pela **inflação**, como foi feito entre 2019 e 2023. Tal medida preservaria o poder de compra de trabalhadores e aposentados e, ao mesmo tempo, a saúde das contas públicas.

Em vez de enfrentar o problema real, o governo tem preferido buscar equilíbrio nas contas aumentando **impostos**. A última tentativa -a alta do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) - levou o Congresso a dar dez dias para o Executivo apresentar alternativa. Sem corrigir as distorções trazidas pela política de aumentos reais do salário mínimo, em breve o governo estará diante de novos rombos para cobrir no Orçamento.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

PIB - XEQUE-MATE DA ECONOMIA

ESTEFANO BARIONI

Na semana passada, o IBGE divulgou o crescimento do **PIB** do primeiro trimestre de 2025 e o resultado confirmou o que era esperado, mostrando uma boa expansão na variação trimestral. O **PIB** brasileiro cresceu 1,4% em relação ao trimestre imediatamente anterior (último trimestre de 2024), já com o ajuste sazonal para permitir a comparação período a período. Na comparação com o primeiro trimestre de 2024, o **PIB** brasileiro registrou um crescimento de 2,9%.

Crescimento

O crescimento de 1,4% no trimestre é bastante positivo, especialmente quando comparado com o histórico de expansão do **PIB** brasileiro da última década. Nos últimos 10 anos, o **PIB** brasileiro cresceu a uma taxa média de apenas 0,79% ao ano, em um período particularmente ruim para a economia brasileira, com a recessão de 2015/2016 e a pandemia de Covid-19. Assim, é bom registrar um crescimento mais vigoroso, depois de tantos desempenhos fracos.

Agro

A grande contribuição para o crescimento do **PIB** no primeiro trimestre veio do setor agropecuário, que registrou safras recordes em várias culturas, obtendo um crescimento de 12,2% na comparação com o trimestre anterior. Em relação ao mesmo período do ano passado, a expansão do produto agropecuário foi de 10,2%, com destaque para o crescimento da produção de soja (13,3%), arroz (12,2%) e milho (11,8%).

Serviços

O setor de serviços registrou um leve crescimento no primeiro trimestre, com expansão de 0,3%. O segmento de Informação e Comunicação foi aquele com o melhor desempenho, crescendo 3,0%, seguido de Atividades Imobiliárias (0,8%). O Comércio teve expansão de 0,3%. Em comparação com o primeiro trimestre de 2024, o setor de serviços registrou alta de 2,1%.

Indústria

O setor industrial, por outro lado, teve uma leve retração de -0,1% em relação ao trimestre anterior. Embora as indústrias extrativas tenham apresentado expansão de 2,1% no período, assim como o

segmento eletricidade e gás, e água e esgoto (com alta de 1,5%), a indústria de transformação teve queda de -1,0%, puxando para baixo o desempenho do setor. Na comparação com o primeiro trimestre de 2024, o setor industrial teve alta de 2,4%.

Acumulado

Se considerarmos a variação do **PIB** acumulada em quatro trimestres, o crescimento geral foi de 3,5%. Esse seria o crescimento anual do **PIB** brasileiro, caso o ano se encerrasse em março. Ainda no acumulado, entre os setores da economia, o setor de Serviços acumulou o melhor resultado, com expansão de 3,3%, seguido do setor Industrial, com alta de 3,1%, e do setor Agropecuário, com variação de 1,8%.

Valores

O **PIB** no primeiro trimestre de 2025 totalizou R\$ 3,02 trilhões em valores correntes, sendo R\$ 2,59 trilhões em valor adicionado e R\$ 431,1 bilhões em **impostos**. O setor agropecuário somou pouco mais de R\$ 233 bilhões, ou cerca de 9% do valor adicionado total. O setor de serviços é o que tem maior participação na produção de valor adicionado, contribuindo com R\$ 1,76 trilhão no primeiro trimestre, sendo responsável por 68% de todo o valor adicionado gerado.

Investimento

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) também teve destaque no desempenho do **PIB**, com alta de 3,1% em relação ao trimestre anterior. No acumulado dos últimos quatro trimestres, a FBCF apresentou alta de 8,8%. A Formação Bruta de Capital Fixo são os investimentos em bens de capital (como máquinas e equipamentos), que serão utilizados para a produção de outros bens e serviços, sendo um parâmetro fundamental para o aumento da capacidade futura.

Futuro

Depois de registrar diversas quedas em períodos anteriores, a FBCF começou a se recuperar no ano passado e agora segue aumentando. Alguns fatos influenciam esse resultado, como a importação de uma plataforma de extração de petróleo, por exemplo, mas também contribuíram para o avanço o desempenho da construção e da produção nacional.

Independentemente da fonte, a formação bruta de capital forma as bases para o crescimento futuro.

A frase

"Ande devagar, mas nunca ande para trás".

Abraham Lincoln, ex-presidente americano

Site:

<https://correiodigital.rac.com.br/jornal.php?0cc175b9c0f>

1b6a8=1358

Indústria não precisa de incentivos, mas de redução da carga tributária

Os desafios da indústria brasileira, sobretudo do setor automotivo e as diversas cadeias relacionadas ao segmento, foram temas do painel "A perspectiva da indústria: o Brasil como protagonista", que contou com a participação de Danilo Rodil, diretor comercial da GAC; Mauro Luis Correia, CEO da HPE Automotores; Rogelio Golfarb, consultor e conselheiro sênior de empresas; Ricardo Bastos, diretor de Assuntos Institucionais da GWM Brasil; e foi mediado por Tião Oliveira, editor-chefe da área de Mobilidade do Estadão.

As características únicas do ambiente do País - tributário, jurídico, econômico e regulatório - e o forte nível de exigência dos consumidores brasileiros foram mencionados por todos os participantes como desafios diários da indústria. "Para ter sucesso por aqui é fundamental ter consistência e persistência", resumiu Mauro Luis Correia, CEO da HPE Automotores, de marcas como Mitsubishi Motors.

Golfarb fez sua contribuição falando ser necessário que a indústria seja vista do ponto de vista do seu retorno para o **PIB** e para o País de forma geral. "O nome do jogo para a indústria é escala, e é preciso ter volume e investimentos", disse. Ele explicou ainda que montar uma fábrica de semicondutores, por exemplo, custa US\$ 12 bilhões. "É preciso que o setor seja visto do ponto de vista de sua contribuição para a sociedade. Com a maior carga tributária do mundo não conseguimos chegar lá. A competitividade não permite", afirmou.

Para Golfarb, a indústria não precisa de incentivos, mas principalmente de redução de carga tributária e de uma política industrial que permita às empresas voltarem a assumir riscos. "Há muitas oportunidades, mas o que nos falta atualmente é ambição. Desde 2013 não conseguimos voltar ao nível de produção que tínhamos naquela época", disse Golfarb.

POLÍTICA INDUSTRIAL. Danilo Rodil, diretor comercial da GAC, montadora chinesa estreante no Brasil, trouxe à discussão o ponto de vista de quem está começando por aqui. "O mercado brasileiro é muito competitivo e vai ficar cada vez mais, porque, da mesma forma que a GAC, outras marcas estão vindo", disse. Ele afirmou que pode-se esperar da montadora muito investimento no País. "Começaremos importando. Mas, em 2026, teremos de dois a três

carros em produção local. Vamos iniciar a produção no Brasil no próximo ano", garantiu Rodil.

Mauro Luis Correia, CEO da HPE Automotores, mencionou a necessidade de previsibilidade como um fator fundamental no País. "No que se refere ao fornecimento de peças e equipamentos, por exemplo, não saber se teremos fornecimento tira o dinheiro que seria destinado aos investimentos, indo para outras finalidades. E falta uma política pública para isso, uma política industrial", afirmou.

Além de diminuição da carga tributária, Golfarb mencionou a necessidade de uma forte política industrial, que leve em conta, também, o potencial tecnológico do País. De acordo com ele, esses fatores fazem com que o Brasil perca o que o consultor chama de intensidade tecnológica. "Não fabricamos vários componentes fundamentais, como tela de cristal líquido, presente na maioria dos carros atuais, por exemplo. Mas temos metais e uma logística boa para o tamanho do País. Então, o que nos falta é uma política de eletro-mobilidade e isso é grave, principalmente na 'Era Trump'. E estamos perdendo o timing da oportunidade", afirmou.

Para Ricardo Bastos, o caminho do fortalecimento da indústria passa pela escala, previsibilidade, diminuição dos **impostos** e tecnologia. "A eletrificação é uma oportunidade e temos que aproveitá-la. E estamos fazendo nossa contribuição com o desenvolvimento de engenharia, produção e desenvolvimento, que é nossa contrapartida no programa Mover", afirmou o diretor de Assuntos Institucionais da GWM Brasil.

Já o CEO da HPE Automotores disse ser necessária uma nova política tributária. "O Brasil está preparado para crescer, desde que todos priorizem o crescimento. Precisamos de uma nova política tributária e é necessário dar foco a uma forte política industrial. Precisamos mostrar que temos toda condição de sermos protagonistas da indústria na América Latina", finalizou.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

FMI eleva previsão de PIB e alerta para fiscal

Anais Fernandes De São Paulo

Após visita ao Brasil, a equipe do Fundo Monetário Internacional (FMI) liderada por Daniel Leigh, informa que elevou sua projeção para o Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil em 2025 para 2,3%, de 2% no relatório de Perspectiva Econômica Global publicado em abril deste ano. Naquele momento, o FMI havia reduzido a projeção que era de 2,2%. O Fundo também alertou para riscos fiscais do país.

Os riscos para as perspectivas de crescimento, no entanto, são negativos, diz Leigh, em meio à maior incerteza da política global. "Um sistema financeiro sólido, reservas cambiais adequadas, baixa dependência de dívida em moeda estrangeira, grandes reservas de caixa do governo e uma taxa de câmbio flexível continuam a apoiar a resiliência do Brasil", pondera no **comunicado**.

A equipe do FMI conduziu discussões para a Consulta do Artigo IV de 2025 com as autoridades brasileiras e outras partes interessadas entre 20 de maio e 2 de junho de 2025. O grupo projeta uma moderação no crescimento do **PIB** do Brasil de 3,4% em 2024 "em meio a condições monetárias e financeiras apertadas, redução do impulso fiscal e maior incerteza da política global", afirma, em nota.

"A economia brasileira cresceu fortemente nos últimos três anos, superando as expectativas. A **inflação** se fortaleceu em 2024 em meio à forte demanda, aumento dos preços dos alimentos e depreciação da moeda, excedendo o intervalo de tolerância da meta", relembra a equipe.

A equipe do FMI diz esperar que o crescimento da economia

brasileira se modere no curto prazo, conforme a **inflação** convirja para a meta, e se consolide em 2,5% no médio prazo. A equipe espera que a **inflação** atinja 5,2% até o fim de 2025, antes de convergir gradualmente para a meta de 3% até o fim de 2027.

"No médio prazo, o crescimento deve se recuperar para 2,5%, apoiado pela normalização da política monetária e fatores estruturais favoráveis, notadamente a implementação da reforma do IVA que aumenta a eficiência e a aceleração na produção de

hidrocarbonetos. Reformas estruturais adicionais e a implementação do Plano de Transformação Ecológica impulsionariam ainda mais as perspectivas de crescimento no médio prazo", diz Leigh no **comunicado**.

"Reformas estruturais, juntamente com a expansão da produção de hidrocarbonetos, elevaram as perspectivas de crescimento de médio prazo do Brasil. Reformas estruturais adicionais e a implementação do Plano de Transformação Ecológica impulsionariam ainda mais a produtividade, o investimento e o crescimento gerador de empregos, ao mesmo tempo em que estenderiam os ganhos recentes em inclusão social", diz.

Para o grupo, as autoridades brasileiras estão avançando em uma agenda de crescimento sustentável e inclusivo. "A implementação da histórica reforma do IVA está em andamento e uma reforma do imposto de renda pessoal que visa aumentar a equidade está em discussão no Congresso", afirmam. Leigh também diz que o Brasil fez "progressos notáveis" na redução do des-matamento nos últimos anos e está "no caminho certo" para cumprir suas metas de Contri-

buição Nacionalmente Determinada (NDC).

A eliminação gradual de gastos tributários dispendiosos e ineficientes, o aprimoramento da administração da receita e o enfrentamento da rigidez orçamentária abririam espaço para investimentos prioritários, apoiariam a sustentabilidade da dívida pública e facilitariam um caminho de juros mais baixos no

Brasil, avalia a equipe do FMI.

"Os esforços das autoridades para continuar melhorando a posição fiscal, ao mesmo tempo em que tentam atender às necessidades de gastos sociais e investimentos, são bem-vindos e novas medidas são justificadas", informa o **comunicado**.

Para o Brasil colocar a dívida pública em um caminho "firmemente decrescente", abrir espaço para investimentos prioritários e facilitar o caminho de juros mais baixos, Leigh diz que a equipe do FMI recomenda um esforço fiscal "sustentado e mais

ambicioso, apoiado por um arcabouço fiscal aprimorado, mobilização de receita e medidas de gastos".

A implementação da "histórica reforma do IVA", continua

Leigh, deve simplificar significativamente o sistema tributário e impulsionar a produtividade. "Os esforços visam corretamente garantir a neutralidade da receita", afirma.

Leigh diz ainda que o setor financeiro brasileiro foi resiliente em 2024 e deve permanecer assim mesmo em meio a taxas de juros mais altas.

"As autoridades estão implementando mudanças regulatórias com o objetivo de fortalecer ainda mais a resiliência do setor financeiro. Reformas para facilitar uma redução na alavancagem das famílias são necessárias. Atualmente, os bancos públicos parecem bem capitalizados, lucrativos e líquidos, e têm pago dividendos ao governo. O

empréstimo por bancos públicos deve continuar a focar em abordar falhas de mercado, como apoiar investimentos de longo prazo", afirma o documento.

A mudança para um ciclo de aperto da política monetária em setembro de 2024 foi apropriada e consistente com o retorno da **inflação** e das expectativas à meta de 3%, assim como, em um contexto de maior incerteza da política global e expectativas de **inflação** acima dos níveis consistentes com a meta, manter a flexibilidade no ritmo e na duração do ciclo de alta é prudente, diz equipe do Fundo.

"Expectativas de **inflação** de curto e médio prazo acima da meta, bem como um hiato do produto [medida para ociosidade da economia] positivo crescente, apoiaram o argumento para as altas de juros do BC. No contexto de maior incerteza da política global e expectativas de **inflação** acima dos níveis consistentes com a meta, manter a flexibilidade no ritmo e na duração do ciclo de alta é prudente", afirma Daniel Leigh.

Leigh também observou que o Banco Central continua a avançar em sua agenda de inovação financeira. "O Pix, sistema de pagamento instantâneo desenvolvido pelo BCB, agora representa 49% de todos os pagamentos eletrônicos no Brasil - o método mais popular, refletindo seus baixos custos e liquidação imediata. O piloto da Moeda Digital do Banco Central do Brasil, Drex, entrou na segunda fase, quando casos de uso adicionais e integração com plataformas externas serão testados e aprimorados, enquanto

continua a explorar soluções de privacidade de dados", afirma.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188222?page=18§ion=1>

Juros normais em um mundo anormal (Artigo)

Por Martin Wolf

A taxa de juros, real e nominal, sobre os ativos seguros de longo prazo talvez seja o preço mais importante em uma economia capitalista. Ele reflete o nível de confiança nos governos e na economia. Nos últimos anos, esses preços se normalizaram. A era das taxas de juros ultrabaixas iniciada em 2007-2009, com as crises financeiras, parece ter chegado ao fim. Uma era de normalidade parecia estar retornando. Viva!

Mas o mundo não parece exatamente muito "normal". Será que deveríamos nos preparar para novos grandes choques?

O governo do Reino Unido emite títulos do governo (gilts) indexados desde a década de 80. O histórico de seus rendimentos nos oferece três grandes histórias sobre a evolução dos juros reais em quatro décadas. A primeira é a de um enorme declínio secular. Nos anos 80, os rendimentos de resgate dos gilts indexados de dez anos giravam em torno de 4%. Durante a pandemia e logo após, as taxas caíram para -3%. Foi, portanto, uma oscilação total de sete pontos percentuais.

A segunda história é a de como a estagnação econômica pós-crise financeira levou a um período extraordinariamente longo de taxas de juros reais negativas. A terceira é a de uma alta rápida desses rendimentos para cerca de 1,5%, partindo do início de 2022. O longo período de queda dos juros reais, que culminou naquelas taxas negativas, parece ter chegado ao fim. Estamos em um mundo novo e bem menos estranho.

Os dados sobre os rendimentos dos títulos do Tesouro dos EUA protegidos contra a **inflação** com vencimento em dez anos (Tips) mostram um quadro semelhante, mas essas informações só estão disponíveis desde o início dos anos 2000. De 2013 em diante, porém, as duas séries passaram a divergir, com os rendimentos geralmente mais altos nos títulos americanos.

Em algum momento, pessoas importantes poderão decidir que os EUA não são mais confiáveis. Essas pessoas poderão muito bem incluir os próprios americanos. Nesse caso, poderíamos enfrentar uma grande crise, desta vez com o capital fugindo dos

EUA, e não para eles

Essa diferença pode ser explicada, em parte, pela regulamentação dos fundos de pensão no Reino Unido, que na prática impôs uma brutal repressão financeira aos planos de benefício definido. As taxas de juros reais dos Tips também subiram muito a partir do piso registrado durante a pandemia, mas não tanto quanto as dos gilts indexados. Assim, recentemente os rendimentos dos Tips têm girado em torno de 2%, enquanto os dos gilts indexados estão em torno de 1,5%.

Esses níveis também estão próximos dos que prevaleciam antes da crise financeira. Em termos técnicos, portanto, estamos "de volta ao normal". Mas, se recuarmos ainda mais no tempo, veremos que mesmo os rendimentos atuais dos gilts indexados do governo britânico estão bem baixos: nos anos 80, as taxas eram mais de 2 pontos percentuais acima das de hoje.

Não há crise aparente nesses números. Os mercados de ativos seguros não estão gritando "o calote é iminente". Tampouco estão gritando "a hiperinflação (ou mesmo uma **inflação** alta) está próxima".

A maneira mais simples de analisar este último caso é por meio das chamadas taxas de "**inflação** implícita", que são a diferença entre os rendimentos dos títulos indexados à **inflação** e os de dívida convencionais com o mesmo vencimento. Nos EUA, esse spread está em torno de 2,3%, praticamente em linha com a média de 2,1% registrada desde janeiro de 2003. No Reino Unido, ele é de 3,3%, pouco acima da média de 3% desde o ano 2000.

Dado o choque inflacionário dos últimos anos - e, portanto, o aumento da percepção de risco inflacionário -, o aumento dessa diferença é mínimo. Os mercados parecem notavelmente confiantes de que as metas de **inflação** serão alcançadas no horizonte de dez anos.

O histórico dos rendimentos dos títulos convencionais em outros países de alta renda é consistente com o padrão dos EUA e do Reino Unido, e, em geral, melhor. Entre 1º de janeiro de 2021 e 28 de maio de 2025, os rendimentos dos títulos nominais de dez anos subiram 4,5 pontos percentuais, para 4,7% no Reino

Unido; em 3,6 pontos percentuais, para 3,2% na França; em 3,6 pontos percentuais, para 4,5% nos EUA; em 3,1 pontos percentuais, para 2,5% na Alemanha; em 3 pontos percentuais, para 3,6% na Itália; e em 1,5 ponto percentual, para 1,5% no Japão. Esses níveis são modestos pelos padrões pré-2008. Diante disso, uma reversão brusca parece improvável - a menos que haja um novo choque negativo relevante na atividade econômica. Por ora, ao menos, o mundo das taxas de juros ultrabaixas de 2008 a 2021 parece ter ficado para trás.

É possível conceber um outro grande choque? Sim. A formulação de políticas extremamente caótica do governo Trump poderá abalar o clima de otimismo nos mercados e desestimular os investimentos. Aliás, chama atenção a rapidez com que as previsões de consenso para o crescimento dos EUA em 2025 vêm sendo revistas para baixo. Talvez a humilhação leve Donald Trump a tentar contrariar o que Robert Armstrong chamou de "estratégia Taco" (acrônimo de "Trump Always Chickens Out" - Trump sempre arrega).

Novamente, os níveis de endividamento são altos para os padrões históricos, com a relação entre a dívida pública e o **PIB** dos países ricos perto dos níveis de 1945. Os **EUA** também estão embarcando em uma desregulamentação financeira em um momento de alto endividamento e apetite por risco nos mercados. E continuam a operar com déficits fiscais elevados, ao mesmo tempo que atacam seus próprios credores por meio de políticas comerciais e fiscais.

Mesmo uma normalização das taxas de juros após um período tão longo de taxas ultrabaixas pode acabar sendo excessiva. Um ponto óbvio aqui diz respeito ao chamado "prêmio de risco das ações". Uma forma de medi-lo é pela diferença entre o rendimento dos lucros ajustado ao ciclo das ações americanas - o inverso da relação preço/lucro ajustado ao ciclo - e a taxa de juros real. A última vez que essa diferença (que indica o retorno excedente esperado das ações em relação aos TIPS) foi tão pequena quanto agora foi em junho de 2007. Isso não é exatamente um pensamento tranquilizador.

Sobretudo porque, como observa Paul Krugman, o processo de formulação de políticas nos EUA de hoje é frívolo. Em algum momento, pessoas importantes poderão decidir que os EUA não são mais confiáveis. Essas pessoas poderão muito bem incluir os próprios americanos. Nesse caso, poderíamos enfrentar uma grande crise, desta vez com o capital fugindo dos EUA, e não para eles.

Diante de toda essa fragilidade, choques recessivos ou inflacionários - ou mesmo os dois ao mesmo tempo) - são perfeitamente concebíveis. Os

rendimentos dos instrumentos financeiros mais importantes foram normalizados. Mas os tempos são anormais sob muitos aspectos. A realidade poderá acabar confirmando esses preços, ou, infelizmente, poderá destruí-los. De um jeito ou de outro, será preciso que a realidade ou os rendimentos se ajustem. (Tradução de Mário Zamarian)

Martin Wolf é o principal comentarista econômico do Financial Times.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188222?page=8§ion=2>

Ativos locais avançam com expectativa de ajuste fiscal

Arthur Cagliari, Maria Fernanda Salinet, Bruna Furlani e Gabriel Caldeira De São Paulo

A expectativa de medidas fiscais estruturantes para substituir, ainda que parcialmente, o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) impulsionou os ativos domésticos na sessão de ontem. O anúncio não veio por enquanto, mas a postura adotada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ao intermediar o acordo que está sendo costurado com o Congresso e não negar a possibilidade da desvinculação dos pisos de saúde e educação, também foi bem-recebida pelos participantes do mercado. O Ibovespa avançou 0,56%, aos 137.546 pontos; os juros futuros de longo prazo encerram em queda firme; e o dólar comercial recuou 0,70%, a R\$ 5,6352, descolado do movimento externo.

O principal guia para os mercados na sessão esteve nas discussões em torno do pacote fiscal a ser apresentado pelo governo. Ainda pela manhã, antes da abertura do pregão, o ministro da Fazenda, Fernando Had-dad, afirmou que os cortes de gastos são "tecnicamente robustos" e estão "amparados politicamente". Embora não tenha anunciado os ajustes, o chefe da pasta econômica destacou que detalhará o pacote aos líderes partidários no domingo. Assim, a apresentação formal das medidas deverá ocorrer na próxima semana. A intenção de Haddad é alinhar as medidas para evitar ruídos, após a reação negativa do Congresso com a elevação das alíquotas do IOF.

Mesmo com o adiamento, o mercado encontrou espaço para reduzir os prêmios de risco, em especial depois de o presidente Lula não descartar a possibilidade de desvincular os pisos de saúde e educação, estabelecendo a correção dos orçamentos pela **inflação**, conforme vigorava até 2022. Com isso, ao fim do pregão, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) com vencimento para janeiro de 2029 cedeu de 13,685% para 13,62%; e a do DI de janeiro de 2031 caiu de 13,835% para 13,75%.

O gestor de multimercados e renda fixa da Fator Gestão de Recursos, Ricardo Farias, observa que a expectativa dos agentes financeiros era que o presidente mantivesse uma posição mais "defensiva", de manutenção das medidas do IOF, mas o tom adotado foi outro. "Deu para mostrar que há uma

coordenação com o Congresso. Essa intermediação do Lula e o almoço [com a cúpula do Congresso] é uma boa sinalização de que há uma governança, de que há um alinhamento entre os Poderes", diz.

O líder da mesa de operações de ações da Warren Investimentos, Ricardo Maluf, avalia que, se o anúncio anterior de contingenciamento de despesas demonstrou amadorismo, o recuo parcial da elevação do IOF e a mudança no tom do governo indicam uma unidade entre o Executivo e o Legislativo. "A impressão que fica é a de que estão com mais racionalidade e coordenação. Por isso, o mercado está dando o benefício da dúvida."

Maluf também diz acreditar que a sinalização de que há chance de medidas estruturantes, na linha de contenção de despesas sem o aumento de receitas, também foi responsável pelo movimento positivo dos ativos.

Além da dinâmica doméstica, dados do mercado de trabalho americanos estimularam um movimento de apetite ao risco, diz o gestor. O movimento provocou um desempenho positivo das bolsas americanas e aliviou os demais mercados, contribuindo para menor volatilidade no Brasil.

Ainda que o cenário externo tenha sido marcado por dólar forte, aqui a dinâmica foi a oposta, o que fez com que o real tivesse o melhor desempenho entre as 33 moedas mais líquidas acompanhadas pelo Valor na sessão. Operadores entendem que a sinalização do governo por medidas estruturais alimentou a expectativa na seara fiscal. Mesmo que não haja sinais claros sobre o que pode ser anunciado, os agentes financeiros estariam reagindo bem ao fato de Lula não descartar qualquer iniciativa antes de conversar com os presidentes da Câmara e do Senado.

O diretor de investimentos (CIO) da SulAmérica Investimentos, Luis Garcia, afirma que o movimento de ontem nos mercados, em especial no câmbio, foi um exemplo do que pode acontecer com os ativos caso o governo adote uma medida mais ortodoxa na área fiscal.

"No momento em que Lula foi questionado sobre o possível ajuste no direcionamento de recursos para

saúde e educação e sobre desvinculação de salário mínimo, ele disse que não iria se posicionar. Considerando o histórico dele, o esperado era que fosse negar esse tipo de medida, mas não. Optou por não comentar. Bastou ele fazer isso para o mercado melhorar na hora", afirma Garcia. "Isso evidencia a sensibilidade do mercado à questão fiscal. Há uma ansiedade dos investidores em relação a uma medida mais ortodoxa e crível neste sentido. Se isso ocorrer, acredito que o mercado [de câmbio] tem espaço para melhorar." Por enquanto, o executivo diz ser cedo para fazer qualquer leitura do que podem ser as medidas. "Difícil de ter uma interpretação dessa postergação na divulgação das medidas. Com a alta do IOF, o mercado não se decepcionou só com o governo, mas com o Haddad. Isso diluiu sua credibilidade", diz.

Apesar de questões locais terem ganhado protagonismo na formação dos preços dos ativos nas últimas sessões, o executivo ressalta que é o ambiente externo que deve continuar a direcionar a dinâmica do câmbio no longo prazo. "Nesse sentido, vejo um ambiente de enfraquecimento estrutural do dólar. Claro que acordos comerciais podem acelerar ou reduzir a velocidade dessa depreciação, mas rachou a imagem de que as instituições americanas são uma fortaleza, e isso deve ter um impacto no dólar." Para Garcia, "há uma percepção de que o presidente Donald Trump tem facilidade em implementar medidas duras apenas com uma 'canetada' - sejam medidas relacionadas à imigração, proteção militar, tarifas ou universidades. "Diante disso, o mundo parece querer menos dólares apenas porque os EUA estão se tornando um lugar menos confiável."

"A impressão é a de que estão com mais racionalidade e coordenação. Por isso, o mercado deu o benefício da dúvida"

Ricardo Maluf

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188222?page=2
§ion=4](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188222?page=2§ion=4)**